

Coincidências demais

As reuniões mais recentes do Conselho Universitário (Co) têm sido palco de discursos de M.A. Zago acerca das questões internas da USP e das decisões tomadas pela Reitoria. Na última reunião do Co deste ano, em 6/12, ciente do fato de que lhe resta apenas um ano de mandato, o reitor ensaiou um balanço provisório da gestão que compartilha com V. Agopyan, iniciada em 2014. Pincelou em tintas amenas as realizações de 2016, que a seu ver autorizam “um balanço grandemente positivo de reformas”, as quais, somadas às dos anos anteriores, teriam completado “um ciclo de modificações fundamentais para a modernização da USP”.

Vejam: o reitor orgulha-se de haver domado a crise de financiamento da universidade a ferro e fogo: “Reduzimos em cerca de 4.000 funcionários o corpo técnico e administrativo da USP, minimizando o comprometimento do nosso orçamento com uma folha de pagamento que não podíamos pagar”. Preferiu a solução mais cômoda, o incentivo às demissões voluntárias, abdicando até mesmo das modestas reivindicações ao governo estadual encampadas pelo Conselho de Reitores (Cruesp), tais como aumento do repasse às universidades da Quota-Parte Estadual do ICMS de 9,57% para 9,90%. Mutilou parte do corpo da USP como se estivesse livrando-se de um estorvo.

“Nós vencemos uma crise artificial na USP Leste em 2014, e retomamos a vida naquele *campus*”, arriscou, diante de um Co em que são poucas as vozes que ousam questionar. Quantos médicos e pesquisadores científicos chamariam de “crise artificial” o conflito gerado pela deposição de 109 mil m³ de terras contaminadas e lixo num *campus* universitário?

Após reiterar os *slogans* referidos à USP, de “universidade-líder da América Latina, em todas as avaliações globais” e de “universidade de sucesso”, celebrou a vitória obtida em 8/11 no Co graças a uma manobra regimental: a aprovação da nova Comissão Permanente de Avaliação (“Nova CPA”), “uma reforma do sistema de avaliação institucional e individual dos docentes, incluindo um processo racional de

progressão da carreira, que permitirá retomar em breve a progressão horizontal”. Ora, enxergar racionalidade em reforma maculada por tantos vícios e rechaçada por tantas congregações é um magnífico exercício de imaginação.

Proclamadas as vitórias, o reitor retomou sua narrativa favorita: a da preparação para o futuro. Nas projeções da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, o futuro da USP toma a forma de certas fabulações publicitárias, nas quais “sociedade” torna-se sinônimo de “mercado”. “É necessário aumentar muito a nossa interação com a sociedade, com as empresas, com as lideranças políticas, com as lideranças empresariais, com os representantes dos diferentes setores da população”.

Empresas, lideranças políticas, lideranças empresariais... será que sobrarão mesmo alguma interação com os tais “diferentes setores da população”? Talvez no plano da retórica: “Nós temos obrigação de fortalecer a inclusão social na universidade, e para isso temos que concentrar nossos gastos em atividades-fim, reduzir nossos gastos com atividades-meio”. Note-se, porém, que aos olhos da Reitoria o Hospital Universitário (HU) merece ser descartado por não prestar-se nem a atividades-fim nem à inclusão social, tanto que é visto pelo reitor como um rele “parasita” (*sic*: <http://bit.ly/2h55o2d>).

“Condenados”? Por fim, a questão decisiva: “Temos de bus-

car novos modelos de financiamento para a USP, não podemos continuar indefinidamente condenados à dependência de uma parcela limitada do ICMS”. E com essa deixa o reitor introduziu na narrativa futurista o programa/projeto “USP do Futuro”. Na gestão M.A. Zago-V. Agopyan, o “futuro da USP” será crescentemente privatizado, a julgar pelo diagnóstico e pelas propostas anunciadas pelo reitor ao Co em 6/12 (**v. p.3**).

Confirmam-se os alertas que a Adusp vem fazendo desde que tomou conhecimento das tratativas secretas entre Reitoria, Comunitas e McKinsey. Há coincidências demais entre as “recomendações” e propostas anunciadas ao Co em 6/12 e as medidas que a Reitoria vem implantando desde 2014, tais como desvinculação dos hospitais universitários; PIDV; terceirização dos serviços próprios; e, surpresa!, “criar sistema de avaliação docente [...] reconhecendo os diferentes perfis de professores”, em plena sintonia com a “Nova CPA”.

Portanto, é plausível que a McKinsey venha assessorando a gestão M.A. Zago-V. Agopyan há muito mais tempo do que se admite, prática condenável, mas usual no Brasil e no exterior (<http://bit.ly/2hSLAPz>).

Paralelamente, ganha consistência a hipótese de que a “Nova CPA” e as tentativas anteriores de quebrar o RDIDP e amordaçar o corpo docente (como o GT-AD) estejam relacionadas à “interação” entre a Reitoria e o grupo de me-

gaempresários que financiam o projeto — os “Amigos da USP”.

Tais possibilidades tão desabonadoras são bem ilustradas pela síntese proferida no Co pelo próprio reitor: “Se pensarmos, de uma maneira provinciana, que nós estamos comprando um serviço da McKinsey, realmente fica estranho. Mas não é isso. É um programa de relacionamento com a sociedade e estes empresários se dispõem a pagar um projeto que eles, com a liberdade de quem compra, compraram de quem quiseram”.

Exato, não? Valendo-se da prerrogativa de pagar a quem quiserem “com a liberdade de quem compra”, os bem posicionados “Amigos da USP” impulsionam um projeto de finalidades obscuras, contratado sem licitação e que a Reitoria busca legitimar por meio de seu “discurso empreendedor”, enquanto desqualifica o pensamento crítico e suas “críticas destrutivas”.

Ano trágico para o Brasil, 2016 só trouxe retrocessos para a USP, ao contrário do que propala a Reitoria. Dotada de apequenada visão de mundo, capturada por interesses privados, submissa frente ao governo estadual, não obstante tudo isso a gestão M.A. Zago-V. Agopyan tem conseguido avançar seu projeto de controlar o corpo docente e minar as resistências internas — basta ver a tentativa reitoral de despejar o Sintusp da sede que ocupa há décadas. A luta, porém, está no início: não nos dobraremos!



Dom Paulo (1921-2016)

No último dia 14, o Brasil perdeu Paulo Evaristo Arns, o admirável dom Paulo, o cardeal da Igreja Católica que enfrentou a Ditadura Militar. Dom Paulo denunciou a tortura, amparou os familiares de presos e desaparecidos políticos e exerceu corajoso protagonismo em um momento-chave da história brasileira: a crise política desencadeada pelo assassinato do jornalista (e professor da ECA-USP) Vladimir Herzog por agentes do DOI-CODI do II Exército, em outubro de 1975. O ato ecumênico liderado por Dom Paulo na Catedral da Sé, em memória de Herzog, abalou de modo irreversível a Ditadura dos generais. Dom Paulo, presente!

Greve nacional de docentes

Desde seu 35º Congresso e 61º Conad, o Andes-Sindicato Nacional já sinalizava a necessidade de construção da greve geral, conduzindo uma série de medidas nesse sentido, como as Jornadas de Luta (12-14/9) e outras ações com diversos setores de servidores no âmbito federal e estadual, que resultaram em dias nacionais de paralisação (24/10, 11 e 25/11). É o que afirma o Comunicado nº 9 do Comando Nacional de Greve (CNG), emitido em 13/12, quando a greve nacional dos docentes universitários completou vinte dias.

Tal entendimento decorria da análise da atual conjuntura brasileira, marcada de um lado “por uma aguda crise político-institucional (que explicita fissuras e disputas no bloco de forças dominantes), combinada a uma gravíssima crise econômica e generalizada insatisfação social”, e por outro lado por um “consenso entre as frações da classe dominante em torno do programa econômico a ser aplicado”, que consiste em “contrarreformas estruturais, garantindo os interesses do grande capital, às expensas da classe trabalhadora”.

Na avaliação do CNG, essa conjuntura foi “inaugurada por uma manobra jurídico-parlamentar-

mediática que explicitou um amplo acordo de setores da burguesia e do aparelho atual”. O virtual desmonte do ilegítimo governo Temer, acossado por denúncias de corrupção; os enfrentamentos virulentos entre os três Poderes; e a facilidade com que a PEC 55 e a MP 746 passaram pelo Congresso sugerem, porém, que o país “não vive uma crise qualquer, mas sim uma crise do próprio regime democrático burguês, consagrado na Constituição de 1988” e que, malgrado suas muitas limitações, havia permitido a ampliação da participação popular e certas conquistas sociais históricas.

Na atual conjuntura, tanto os direitos políticos como os direitos sociais se veem ameaçados por um recrudescimento autoritário e conservador que só encontra paralelo, guardadas as diferenças de contexto histórico, na Ditadura Militar.

Paralelamente, aponta o CNG, ganharam impulso as grandes ocupações estudantis de milhares de escolas e *campi* universitários em todo o país, contra a MP 746 e a PEC 55. Esse verdadeiro “incêndio” no setor da educação, conjugado à deflagração de greve por parte da Federação dos Sindicatos

de Trabalhadores Técnico-Administrativos nas Instituições de Ensino Superior (Fasubra) e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), “levou os/as docentes vinculados/as ao Ensino Superior a se colocar a necessidade de mobilização, chegando após um amplo debate nas bases à deflagração de greve como alternativa de luta frente a essas duas medidas, que representam uma ameaça à própria existência da educação pública, gratuita e de qualidade”.

Resistência. “Nossa greve nacional, uma greve política e de resistência que completa vinte dias e abarca 44 seções sindicais, tem apresentado características inéditas, que a diferenciam de outros movimentos recentes”, diz o CNG, a começar pela pauta que “não é econômico-corporativa, mas diz respeito a toda classe trabalhadora”, e pelo caráter massivo de muitas assembleias.

Talvez o mais importante, segundo o documento do CNG, seja o caráter unitário da greve entre os setores das federais (IFES), estaduais (IEES) e municipais (IMES) e o estreitamento dos laços entre as

quatro categorias (docentes, estudantes, funcionários técnico-administrativos e terceirizadas/os), com a composição, em muitos lugares, de comandos unificados.

“Podemos dizer que aprendemos muito com nossos/as estudantes, pois sem eles/as, dificilmente teríamos incorporado novos e criativos métodos de luta.

Todo esse saldo organizativo foi em grande medida auxiliado por uma pauta enxuta e consensual: não à PEC 55 e à MP 746”, medidas que, por seus efeitos devastadores na educação, catalisaram o processo de unidade.

O CNG aponta ainda “uma clara rearticulação da direita, dentro e fora da universidade”, com a finalidade de combater o movimento de greve e sua pauta. A organização da direita universitária foi potencializada por sua proximidade com setores do Judiciário e do Ministério Público, “amiúde acionados para refrear a mobilização e pressionar as reitorias”, e teve por ignição “a decisão do STF no sentido de obrigar a administração a cortar o ponto de servidores/as em greve, seguida pelo ofício do MPOG [Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão] direcionado às reitorias no mesmo sentido”.

Perseguição aos dirigentes do Cefisma

Estudantes do Instituto de Física (IF-USP) — entre os quais os integrantes da direção de sua entidade representativa, o Centro de Estudos de Física e Matemática (Cefisma) — estão sofrendo perseguição e retaliações devido à greve estudantil deflagrada em maio deste ano.

Enquanto parte do corpo docente da unidade tentou estabelecer diálogo com os estudantes, para que o semestre fosse concluído sem conflitos, um pequeno grupo de professores solicitou a abertura de nada menos do que 72 sindicâncias contra 33 estudantes, incluindo dirigentes do Cefisma. As sindicâncias podem

resultar em processos administrativos disciplinares no âmbito da Procuradoria Geral (PG-USP).

“Por determinação do diretor, foi instaurada uma única sindicância cujo objetivo seria apenas apurar as supostas infrações e abusos cometidos, por **ambos** os lados, no período de greve. Entretanto, não é isso que está ocorrendo: antes mesmo de sermos notificados, a Comissão Sindicante convocou os docentes para prestar depoimento e, com base em seus discursos, vem interrogando os estudantes de forma dura e tendenciosa”, explica, em nota, o Cefisma.

“Ao invés de serem ouvidas

nossas queixas, os estudantes têm sido compelidos tão somente a se justificar frente às acusações, feitas anteriormente pelo grupo minoritário de professores. Muitas vezes a própria Comissão defende os docentes, tentando justificar atitudes e minimizar as agressões cometidas por eles”.

“Membros externos”. O diretor do IF, professor Marcos Nogueira Martins, declarou ao *Informativo Adusp* não saber se tais denúncias procedem ou não, “pois não acompanho o trabalho da comissão”, que deve ser independente da direção da unidade. “Foram apresentados pedidos

de abertura de processos disciplinares contra estudantes (por professores) e contra professores (por estudantes). Os pedidos todos foram enviados à PG, que nos instruiu a abrir um processo sindicante englobando todas as queixas. Portanto trata-se de apenas um processo sindicante, composto por membros externos ao IF (um professor da Poli, um do IGc e um funcionário do IO)”.

Acrescenta: “O ‘comando de greve’, segundo os próprios estudantes, era composto por mais de uma centena de estudantes, talvez seja por isso que tantos estudantes estejam sendo ouvidos. Mas não sei ao certo, pois não participo (nem acompanho) os trabalhos da comissão”.

Animada, Festa da Adusp propicia raro momento de descontração em 2016

A Festa da Adusp, realizada em 9/12 no Espaço Milla Moreno (Rua Alvarenga, 1.083), recebeu cerca de 200 convidados, propiciando um espaço importante de descontração num final de ano que nos impôs muita luta. O evento contou com o DJ Romano, que mostrou ecletismo ao tocar canções de Frank Sinatra, sucessos de Zeca Pagodinho, sambas-enredo e um variado repertório da década de 1980 — de Frenéticas a Roupa Nova, passando por Sidney Magal.



Daniel Garcia

Reitor anuncia propostas da McKinsey

Na última reunião do Conselho Universitário (Co) do ano, em 6/12, o reitor M.A. Zago apresentou um balanço otimista da sua gestão, que teria conduzido um processo de “modernização” da universidade, uma “pauta de reformas mais urgentes”, tais como reduzir “em cerca de 4 mil funcionários o corpo técnico e administrativo da USP” (via PIDV e aposentadorias não repostas) e aprovar uma “reforma do sistema de avaliação institucional e individual dos docentes, incluindo um processo racional de progressão da carreira” (via “Nova CPA”).

O reitor expôs as primeiras conclusões do projeto “USP do Futuro”, que envolve instrumentos contratuais triangulados entre a universidade, a “organização social” Comunitas e a consultoria McKinsey&Companhia. Projetando no telão 22 slides, aparentemente produzidos pela própria consultoria, com a finalidade de descrever a primeira fase do trabalho, intitulada por ela “Aspirar e avaliar”, o reitor teceu para o Co breves comentários sobre seu conteúdo. Uma semana antes, a Adusp ajuizou ação ordinária de obrigação de fazer, frente ao descumprimento, pela Reitoria, da Lei de Acesso à Informação, no tocante à contratação da consultoria (<http://bit.ly/2gFZP9l>).

O estudo da McKinsey antecipa diversas propostas, a serem definitivamente configuradas nas três fases complementares. Essas propostas aparecem como “recomendações preliminares” e destinadas a “estimular a discussão”. No que concerne à “excelência acadêmica”, ao surpreendente diagnóstico de que “falta avaliação personali-

zada dos docentes, dificultando o uso de mecanismos de incentivo”, corresponde a recomendação de “criar sistema de avaliação docente, estimulando a progressão horizontal (dentro de uma mesma categoria) e reconhecendo os diferentes perfis de professores”, o que de pronto remete à “Nova CPA”, aprovada em 8/11.

No tocante à “governança”, propõe-se centralização ainda maior da estrutura de poder, por meio da criação de um “Comitê Executivo” acima do próprio Co. Quanto à “melhoria operacional”, as propostas têm linguagem empresarial e sentido privatizante. Por exemplo: “Terceirizar atividades básicas ainda realizadas por funcionários próprios, garantindo captura de ganhos com restaurantes e com auxiliares de serviços básicos”.

Depreende-se do quarto *slide* apresentado que as bases principais do *diagnóstico*, objeto dessa primeira fase, foram entrevistas de, ao todo, 40 pessoas, entre grupos *externo* e *interno* à USP, o primeiro composto por autoridades (governador, secretários, ministros) e outro por “lideranças do setor produtivo” (“patrocinadores”, “comunicadores”, “ex-alunos”), além de “referências acadêmicas nacionais e internacionais”. Nos slides há menção explícita à Universidade Nacional de Cingapura, ao MIT e a Harvard. Não há informações quanto aos critérios de seleção dos entrevistados.

Já executadas. Os pontos de partida são a afirmação de que “há gasto excessivo com pessoal, que consome 90% do orçamento” e o “elemento viabilizador” se-

gundo o qual “80% dos gastos [devem ser] em atividades diretamente ligadas a ensino e pesquisa”. Coincidentemente, várias das medidas já vêm sendo executadas pela Reitoria, ou foram tentadas: “implementar o plano de redução da jornada de trabalho (PRJT)”; “expandir o Plano de Demissão Voluntária (sic)”; “desenhar plano de desvinculação dos hospitais”.

Outras sugestões da McKinsey: “postergar a aposentadoria de docentes”; “estruturar modelo de captação e gestão de um fundo patrimonial” [*endowment*]; “levantar recursos com o setor privado para oferecimento de bolsas de pesquisa”; “negociar grandes contratos com terceirizadas” etc.

A segunda fase do trabalho da consultoria cuidará de estratégia e planejamento, “com foco em gestão administrativa e financeira”, e na terceira seriam elaboradas propostas de captação de recursos. A quarta e última focaria na definição de “iniciativas-chave para alcance das aspirações definidas”. As fases parecem misturar-se, dada a repetição de alguns enunciados em fases diferentes.

Na reunião, M.A. Zago finalmente divulgou os nomes dos financiadores do projeto “USP do Futuro”. Embora sempre apresentados como um “grupo de ex-alunos”, a Reitoria admitiu que dos seis empresários designados apenas quatro teriam sido alunos da USP: Pedro Passos (Natura), Pedro Wongtschowski (Ultra), Roberto Setúbal (Itaú) e Rubens Ometto (Cosan). Os outros dois não são ex-alunos: Ana Maria Diniz (Península e Centro de Liderança Pública) e Beto Sicupira (Anheuser-Busch Inbev e 3GCapital), cujo nome apare-

ce grafado erroneamente no slide da Reitoria, como “Sucupira”.

Teor superficial. Iniciado o debate no Co, o professor Marcos Magalhães, representante da Congregação do IME, após comentar que a McKinsey recebeu R\$ 1,75 milhão pela fase inicial do projeto (de um total de R\$ 5 milhões), ironizou o teor superficial da apresentação: “A FEA e a FEARP, se recebessem R\$ 200 mil para fazer um seminário para ‘aspirar e avaliar’, produziriam algo similar ou eventualmente melhor”.

Cortar os gastos básicos, concentrando-se nas atividades-fim, implica “terceirizações, fechamento de creches e flexibilização do regime de contratação de professores”, protestou a representante discente Manuela Silva Silveira (Esalq).

“Uma coisa que me assustou é que 80% dos gastos têm que ser com ensino e pesquisa. Então vamos definir o que é ensino e pesquisa”, questionou a representante discente Luana dos Santos Alves Silva (IP), em protesto contra a política da Reitoria de sucateamento do Hospital Universitário (HU) e da Escola de Aplicação. “HU é ensino e pesquisa? Para o aluno é. É um campo de estágio. Escola de Aplicação é ensino e pesquisa? Repito: para os alunos é. São meros penduricalhos ou são parte essencial da universidade?”

Na mesma data, o Co aprovou o orçamento da USP para 2017. Do total de R\$ 5,05 bilhões, R\$ 4,6 bilhões serão destinados à folha de pagamento. Também estão previstas despesas adicionais com a contratação de cerca de 150 docentes, no valor de R\$ 12 milhões.

Ato na Reitoria repudia despejo do Sintusp

Um ato realizado em 15/12 na frente da Reitoria da USP reuniu centenas de manifestantes em defesa do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), novo alvo da política repressiva da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que pretende desalojar a entidade da sede que ocupa há décadas. Em 30/11 a Reitoria obteve liminar da 3ª Vara da Fazenda Pública, concedendo a reintegração de posse do imóvel.

A Reitoria alega que a desocupação do imóvel é necessária frente a uma requisição feita pela ECA. A Congregação da ECA, porém, já declarou oficialmente que nunca solicitou o imóvel. A decisão do juiz Fausto Martins Seabra

determina a expedição do mandado de reintegração “com o auxílio de força policial, se necessário”.

“Essa nova investida contra a organização coletiva no âmbito da universidade guarda relação com os ataques que, nesse ano, se avolumaram contra os direitos dos trabalhadores, assim como busca criminalizar toda e qualquer resistência por parte de movimentos sindicais, sociais e políticos no país”, diz trecho de moção lida pelo presidente da Adusp, professor César Minto (<http://bit.ly/2hAPEVV>).

Uma comissão integrada por representantes da Adusp, Fórum das Seis, CSP-Conlutas, pelo ex-senador e vereador eleito Eduardo Suplicy

(PT) e pelo deputado Carlos Giannazzi e pela vereadora eleita Sâmia Bomfim (ambos do PSOL), constituída com o objetivo de conversar com o reitor, foi barrada na entrada da Reitoria. Suplicy, então, deixou com um funcionário do setor de protocolo – na portaria – documento escrito à mão, no qual solicitou audiência ao reitor até 20/12, para tratar da questão do despejo.

“Acho importante ouvirmos se ele tem algo a dizer sobre o procedimento contra o Sintusp”, disse Suplicy, endossado por Giannazzi.

Ao final do ato, a superintendente jurídica da USP, Maria Paula Dallari Bucci, foi abordada por dirigentes do Sintusp quando se di-

rigia à entrada da Reitoria. “Há que providenciar alguma interlocução”, disse Maria Paula a Neli Wada, diretora do Sintusp. A superintendente se comprometeu a buscar uma solução negociada.

Na véspera, dirigentes do Sintusp foram recebidos em audiência no Palácio dos Bandeirantes por Ricardo Viegas, do Gabinete da Casa Civil, e entregaram documentos que argumentam favoravelmente à manutenção da sua sede. Igual medida foi realizada no Ministério Público (MPE-SP), em 15/12, ocasião em que foram relatadas as práticas antissindicais do reitor. Manifesto em defesa da sede do Sintusp está disponível em <http://bit.ly/2hAK8Cz>.

Reforma do Ensino Médio e desvalorização do professor

Em meio a grande debate e questionamentos, a Medida Provisória (MP) 746, que reforma o Ensino Médio, foi aprovada na Câmara dos Deputados, em 13/12. O primeiro ponto que chamou a atenção de educadores foi o caminho adotado para estabelecer as mudanças. A estrutura curricular do ensino médio é um dos temas mais complexos em educação, fazendo com que diferentes lugares do mundo discutissem durante anos possíveis modificações. No entanto, a tramitação via MP é uma das formas mais antidemocráticas de se fazer política, pois recusa o amplo debate público e ignora até mesmo os posicionamentos dos mais envolvidos, neste caso estudantes e professores. Para justificar tal iniciativa representantes do Ministério da Educação (MEC) se limitam a afirmar que a reforma não pode mais esperar!

As possibilidades para um currículo de Ensino Médio são muitas, não se limitando à discussão sobre se o percurso será único ou diversificado. A questão que antecede a qualquer opção é qual sujeito se pretende formar e para qual sociedade. No entanto, a única indicação clara dada quanto a isso é o desprezo à formação humanística, pois as primeiras componentes curriculares que deixam de ter papel de destaque, incluídas no texto como “estudos e práticas” (ainda assim por meio de emenda), são justamente a Filosofia e a Sociologia, base para uma cidadania crítica. Maiores detalhes sobre a formação dos jovens são remetidos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas sem nenhuma indicação sobre a possibilidade de discussão com alguma profundidade.

O projeto prevê que em cinco anos o Ensino Médio conte com 1.000 horas anuais, indicando-se que progressivamente os sistemas de ensino deverão buscar atingir a meta de 1.400 horas, com educação de tempo integral. Destas, 1.800 horas (considerando-se os três anos de ensino) serão definidas por meio da BNCC.

A “solução” para a educação brasileira é decidida à revelia de sua realidade concreta: falta de infraestrutura e precariedade da carreira dos professores, frutos do sub-financiamento da educação. Se especialistas das mais diferen-

tes correntes indicam que a valorização do professor, em termos tanto de rendimentos quanto de formação, é uma peça fundamental no processo de melhoria educacional, o projeto se configura como um extremo retrocesso, em especial por criar a figura do professor com “notório saber”.

“Notório saber” 1. O artigo da MP 746 que define os profissionais da educação básica indica:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são

[...]

IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenha atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36. [...]

A princípio, a figura do professor com notório saber se refere ao inciso V do art. 36, também criado pela mesma MP, que diz respeito à *formação técnica e profissional*. Uma leitura é que tal professor poderia apenas ministrar aulas técnicas, simples, que não exigem formação específica. Essa interpretação — comum nos discursos dos que apoiam as numerosas, rápidas, violentas e profundas mudanças impostas ao país nos últimos meses — é a que tenta mostrar seu lado “positivo”: os detentores do “notório saber” seriam apenas professores das disciplinas técnicas dos cursos técnicos.

Supõe, por exemplo, que um engenheiro daria aulas das disciplinas técnicas de um curso de eletrônica de nível médio, ou que profissionais com formação superior na área de saúde (enfermeiros, médicos ou psicólogos) poderiam dar aulas nas disciplinas técnicas dos cursos de técnicos de enfermagem. Contudo, uma lei vale pelo que nela está escrito — e nada nela permite essa leitura. A nova redação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sequer exige um curso superior para se conseguir o “notório saber”!

O fato de a redação incluir a expressão “*exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36*” não restringe, de fato, as atividades às disciplinas técnicas dos cursos de ensino médio. Caso fosse essa a intenção do legislador, a redação deveria ser explícita, algo como: “Os detentores do notório saber só podem ministrar aulas em disciplinas técnicas dos cursos técnicos do ensino médio”.

Outra interpretação favorável à lei pressupõe que as disciplinas técnicas são coisas simples e que se aprende com a prática, ou talvez atividades ligadas a habilidades inatas que algumas pessoas têm. Mas uma consulta às ementas das disciplinas técnicas dos cursos médios mostra que tais disciplinas são complexas e exigem professores tão bem formados como as demais disciplinas. Além disso, a MP não define o que pode e o que não pode ser considerada “área afim” e — certamente não por distração de quem a redigiu — sequer exige o curso superior.

“Notório saber” 2. A LDB afirma que o reconhecimento do notório saber é feito “*pelos respectivos sistemas de ensino*”, sem nenhuma especificação adicional quanto à formação de quem o recebe, do corpo que o concede ou das disciplinas que podem ser consideradas afins. “Porteira aberta”: cada sistema de ensino que decida como conceder o notório saber. O Estado de São Paulo já está tomando providências para sua regulamentação. O projeto de lei (PL) 839/2016, em andamento na Assembleia Legislativa (Alesp), afirma:

Artigo 1º - Os órgãos ligados à Secretaria da Educação e demais Instituições educacionais e privadas do Estado de São Paulo, compreendendo os segmentos das escolas regulares e/ou técnicas, no nível da educação básica, só poderão contratar profissionais definidos como de “NOTÓRIO SABER” que foram:

- I - certificados por Instituições de Ensino Superior; ou*
 - II - examinados por uma banca composta de no mínimo 03 (três) professores da rede estadual de ensino, sendo:*
 - a) um doutor na área de atuação do postulante;*
 - b) um doutor em Educação;*
 - c) um supervisor de ensino.*
- Artigo 2º - Para os casos contidos no*

artigo 1º, inciso II, a formação da banca fica sob a responsabilidade do Dirigente Regional de Ensino de cada região, que escolherá e convocará seus membros e expedirá o certificado de Notório Saber.

§ 1º - O certificado de Notório Saber passa a ser de obrigatoriedade apresentação no ato da contratação.

§ 2º - O certificado de Notório Saber terá validade por todo o Estado de São Paulo, nas escolas públicas e particulares que ofereçam cursos nos segmentos de ensino da educação básica, regular e/ou técnica.

[...]

O parágrafo segundo do artigo segundo não deixa nenhuma dúvida: o notório saber *terá validade por todo o Estado de São Paulo, nas escolas públicas e particulares que ofereçam cursos nos segmentos de ensino da educação básica, regular e/ou técnica*. Assim, não se distingue com clareza as possibilidades de atuação deste professor, que poderá assumir diferentes atividades de ensino.

O projeto ainda prevê a possibilidade de formação complementar a pessoas que não tenham licenciatura e queiram lecionar por meio do inciso V do mesmo Art. 61 que indica a possibilidade de lecionarem: *profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação*.

A criação da figura de professor sem formação específica parece estar relacionada à PEC 55. Como esta PEC prevê a redução dos recursos para educação, isso implicará a deterioração ainda maior das condições de trabalho na educação básica. Assim, é necessário aumentar o número de pessoas legalmente autorizadas a dar aulas e portanto reduzir as exigências de formação, pois ambos os fatos contribuem para o rebaixamento da remuneração de uma profissão. A MP 746 e o PL paulista 839 fazem isso: reduzem exigências e aumentam a quantidade de pessoas autorizadas a ministrar aulas na educação básica.

Em ano de profundos retrocessos, a Educação, base de uma sociedade, foi alvejada. Mais do que vinte anos de retrocessos sociais “planejados constitucionalmente” por meio da PEC 55, a precarização da educação afetará gerações e poderá comprometer um século inteiro.